

Marta Bonow Rodrigues

AMAS DE LEITE: dos anúncios de jornais do Século XIX em Pelotas/RS à atualidade - relações de trabalho e afeto no cuidado com crianças

RESUMO

A amamentação de crianças brancas por escravas negras no Brasil foi possivelmente importada da Europa: era comum, na sociedade escravista, as mães darem seus filhos para que as amas negras às amamentassem, devido à disponibilidade de mulheres escravizadas que eram direcionadas para essa atividade – entre outros trabalhos domésticos. A proximidade física dessas amas com a família para quem trabalhavam poderia desencadear relações afetivas para além da condição de trabalho, fossem elas escravas ou livres. Heranças desse passado escravista estão presentes na sociedade contemporânea e, em especial no cuidado com as crianças, os limiares entre afetividade e trabalho são habitualmente ultrapassados. Na tentativa de compreender como essas relações de trabalho ocorrem na atualidade, podem-se buscar alguns dados desse período oitocentista, sendo os anúncios de jornais uma fonte arqueológica e histórica rica para essas análises.

PALAVRAS CHAVE: Amas de Leite; Escravidão em Pelotas; Trabalho Doméstico; Relações de Afeto.

ABSTRACT

Breastfeeding of white children by black slaves in Brazil was possibly imported from Europe: it was common, in slave society, mothers give their children so that the black wet nurses breastfeed them due of the availability of enslaved women who were directed to this activity – and to others domestic labors. Their physical proximity to the family they worked for could generate affective relationships that get beyond the labor condition, whether they were slaves or free. Heritage of this slavery past is present in contemporary society and, especially in children care, the borders between affectivity and work are usually exceeded. In the attempt to understand how these labor relations occur today, one can look for some data from this nineteenth century period, and the newspaper announcements are a rich archaeological and historical source for these analyzes.

KEYWORDS: Wet Nurses; Slavery in Pelotas; Domestic Labor; Affection Relationships.

O TRABALHO DOMÉSTICO E AS AMAS DE LEITE EM PELOTAS: um breve apanhado a partir dos anúncios de jornais do Século XIX

No Brasil, como ocorre ainda na maioria dos países, o trabalho doméstico é uma atividade tipicamente feminina. Em locais que apresentam em sua história períodos de escravidão africana, essa profissão carrega heranças desse passado e agrupa discriminações de gênero, classe, raça, etnia ou “cor”, “ao eger o papel específico da mulher negra na sociedade” (CRUZ, s/d, n/p). Esse trabalho ocupa, ao longo da história, um grande espaço na vida das mulheres negras e está impregnado dos padrões estereotipados a partir dos papéis instituídos pela escravidão, o que acarreta na naturalização das desigualdades colocadas nas sociedades atuais (DAVES, 2016).

De acordo com Souza (2012, p. 245), durante o período escravista no Brasil, as atividades nos domicílios não se limitavam aos serviços de “limpeza e cuidado das residências”, mas abrangiam a “própria produção econômica” nas casas de família, pois cabia às escravas as tarefas relacionadas à produção de “alimentação, vestuário, fabricação de

equipamentos e utensílios para o trabalho”. E, ainda, este trabalho estava permeado de tarefas de cuidados com as pessoas das famílias proprietárias das escravizadas ou contratantes dos serviços de mulheres libertas ou livres (RODRIGUES, 2015).

Na cidade de Pelotas, o trabalho doméstico está fundamentado historicamente nas tarefas das mulheres escravizadas, como acontece em praticamente todos os lugares que mantiveram o sistema escravista em algum momento. Com o fim da escravidão institucionalizada, em 1888, grande parte das trabalhadoras libertas continuou atuando nas mesmas atividades que exerciam anteriormente. A maioria dessas tarefas era considerada degradante e, portanto, realizada somente por pessoas que realmente necessitavam desse trabalho para sua subsistência (COSTA, 2013; RODRIGUES, 2015). As seguintes atividades realizadas por mulheres estão no âmbito do trabalho doméstico (nos ambientes interno da casa, e externo) nos anúncios de jornais de Pelotas no século XIX: ama de leite, ama seca, bordadeira, costureira, cozinheira, criada, engomadeira, lavadeira, mucama e quitandeira, além de algumas casas solicitarem os serviços de pessoas para cuidar de idosos (RODRIGUES, 2015).

Assim, entre os trabalhos domésticos desempenhados por mulheres no passado, está a atividade das amas de leite, tarefa primeiramente imposta às escravizadas, já que a sociedade de então era balizada massivamente nesse tipo de sistema de trabalho. O contato diário dessas amas com a família para quem trabalhavam, principalmente com as crianças, poderia desencadear relações afetivas que ultrapassam a condição social e laboral dessas mulheres. As permanências desse passado escravista, em vários âmbitos, são visíveis na sociedade contemporânea e os limiares entre afetividade e trabalho são habitualmente ultrapassados nas relações entre trabalhadoras e contratantes: observam-se situações em que há o envolvimento emocional entre essas diferentes pessoas, como consequência da intimidade gerada pela proximidade física característica dessa atividade (BRITES, 2007; BRITES e FONSECA, 2014; RODRIGUES e ALFONSO, 2015).

Quando se trata de amas de leite, atividade possivelmente importada da Europa (SILVA, 1990), essa intimidade e afetividade podem ser potencializadas, pelas próprias características de cuidado com a criança – alimentação, manutenção da proximidade de corpos, cuidado com a saúde, etc. Na tentativa de compreender como essas relações de trabalho e afeto são transportadas para a atualidade nas tarefas gerais relativas ao cuidado com pessoas, pode-se buscar nos anúncios de trabalhadoras domésticas do século XIX dados que deem suporte para essas reflexões.

AS RELAÇÕES DE CUIDADO E AFETO QUE PERMEIAM O TRABALHO DOMÉSTICO

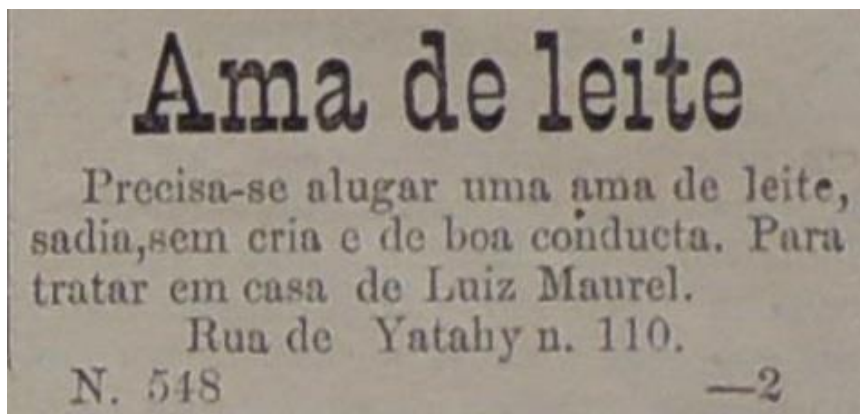
O afeto está ligado à domesticidade em muitos grupos sociais e, não raro, é atribuído ao universo feminino (ROSALDO, 1995). No entanto já no início do século XX, Margareth Mead (1971) indicava que os “papéis” dos homens e das mulheres variam de cultura para cultura, e apontava as questões de afetividade e cuidado com outras pessoas, em especial com crianças, como propriedades inerentes a ambos os sexos, não sendo influenciados “naturalmente” por fatores biológicos, como concepção e gestação, parto e amamentação.

Nos anúncios de trabalhadoras e trabalhadores nos jornais do século XIX em Pelotas, é comum aparecerem qualificações que sugerem a conduta e comportamento dessas pessoas, demonstrando o quanto são indicados para desempenhar atividades na intimidade das casas das famílias mais abastadas financeiramente. Essas adjetivações são um importante elemento para se refletir sobre as relações sociais que ocorriam entre diferentes classes e, ainda, sobre as relações de afeto entre trabalhadoras domésticas e membros da família para quem trabalhavam (RODRIGUES, 2015).

Observando as qualificações das trabalhadoras domésticas, escravizadas ou livres, nos anúncios, juntamente com leis municipais¹ elaboradas para vigiar a conduta e comportamento de trabalhadoras e trabalhadores, especialmente dentro das “casas de família” – as classes mais abastadas da sociedade –, percebemos a importância da postura dessa classe trabalhadora no desempenho de suas atividades. Se durante o período escravista os códigos de comportamento eram mais internos, impostos pelos proprietários de escravos como negociação de relações patriarcais, as condutas exigidas não são diferentes das esperadas pelas trabalhadoras livres (COSTA, 2013; RODRIGUES, 2015). As qualificações “boa”, “boa conduta”, “bom comportamento”, “conduta afiançada”, “conduta garantida” e “sem vícios” explicam, já em uma primeira leitura, quais as condições que a trabalhadora deveria ter para desempenhar seu papel dentro das casas de família (RODRIGUES, 2015).

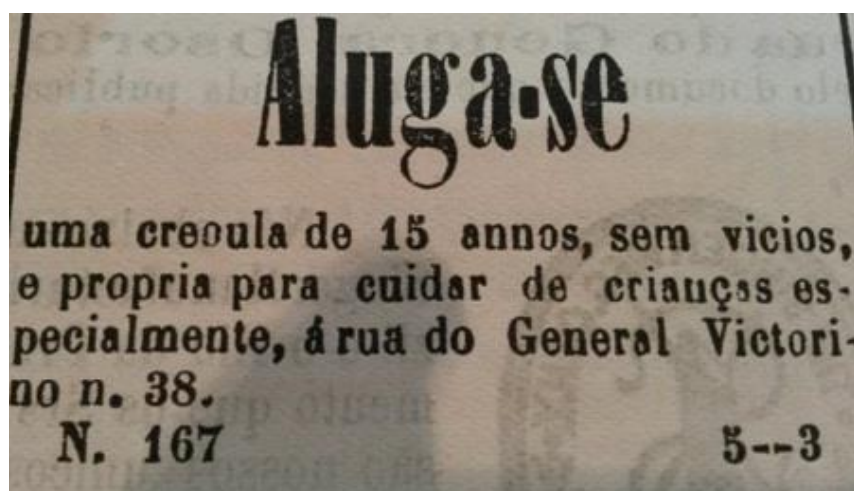
¹ Após a abolição da escravidão (1888), diversos municípios criaram leis próprias para definir de que forma a classe trabalhadora deveria conviver e atuar na sociedade, como uma maneira de garantir a manutenção da “ordem”. A implantação dessas leis ocorreu especialmente pelo temor que a sociedade alimentava em relação às camadas trabalhadoras mais empobrecidas, principalmente ex-escravizadas/os que atuavam dentro das “casas de famílias” (COSTA, 2013).

Imagem 1: Anúncio de ama de leite de “boa conduta”.



Fonte: Jornal *Diário de Pelotas*, n. 165, quarta-feira, 26 de julho de 1876. p. 3
(Foto da autora, 2014).

Imagem 2: Anúncio de ama seca “sem vícios”



Fonte: *Jornal do Commercio*, n. 180, terça-feira, 7 de agosto de 1877. p. 2.
(Foto da autora, 2014)

No entanto, algumas exigências vão além das questões morais de conduta e comportamento e apontam relações de afeto – o que parece ser um caminho para que o cuidado com a pessoa seja ampliado. O “carinho”, ou o pedido de uma trabalhadora “carinhosa” aparece em uma série de anúncios e propicia uma reflexão sobre afetividades que vai além das posturas das trabalhadoras. Essa adjetivação é encontrada em anúncios vinculados a atividades de cuidado com outras pessoas, em especial, com crianças (RODRIGUES, 2015), como pode ser observado nos exemplos a seguir:

Aluga-se uma ama de leite *creoula*, sadia e muito carinhosa. Para vê-la e tratar à rua S. Miguel, n. 200 (Jornal do Commercio, n. 24, sábado, 30 de janeiro de 1875. p. 3).

Aluga-se uma ama de leite sadia, carinhosa e sem filho. Para ver e tratar com Juvencio Mascarenhas à rua Riachuelo (Jornal do Commercio, n. 260, terça-feira, 16 de novembro de 1875. p. 3).

Entre os anúncios dos jornais dos anos de 1875 a 1888, de um total de 1026 anúncios de trabalhadoras/es escravizadas/os ou livres em serviços gerais, disponíveis na Bibliotheca Pública Pelotense, 764 eram de mulheres e dentro deste número, foram encontradas 25 amas de leite com essa qualificação específica - “carinhosa” -, além de 2 amas secas e 1 mucama (RODRIGUES, 2015). O cuidado com o outro e o afeto, da mesma forma como propõem Brites (2007) e Brites e Fonseca (2014), pode ser pensado a partir dessas adjetivações. Ainda que seja necessário ter cuidados para não trazer essencializações e relações diretas sobre esses dados do passado, alguns pontos da observação histórica e antropológica podem nos auxiliar nesse esforço.

Assim, sabendo sobre as heranças escravistas do trabalho doméstico no Brasil atual, há uma possibilidade de compreender as relações afetivas e de cuidado dentro do contexto oitocentista que pode ser observado a partir do âmbito contemporâneo da profissão. Um ensaio etnográfico, através de um estudo com algumas trabalhadoras domésticas atuais, em conjunto com os dados dos anúncios e a história, pode ser um meio para as interpretações sobre essas relações no passado. Wagner (2010. p. 78) salienta que os contextos socioculturais são múltiplos e extensos, uns incluindo outros, articulando-se entre si, sendo que alguns não mudam com o passar do tempo por conta de seu caráter claramente tradicional. Compreendemos, assim, que os contextos sociais em que as empregadas domésticas atuais estão inseridas devem-se, em larga medida, aos contextos passados (RODRIGUES, 2015).

Kofes (2001) aponta que não havia apenas a proximidade física das escravas com a família para quem trabalhavam: muitas vezes, elas estavam sob a prática paternalista dessa sociedade, protegidas por seus senhores. Nesses casos, essas mulheres poderiam estar mais bem vestidas e ter uma alimentação diferente da comumente ofertada aos cativos, apesar das posições hierárquicas claramente impostas entre proprietários e escravas. Essa relação de intimidade é entendida, no trabalho doméstico atual, como posse, pois no momento em que a “babá” (mucama/criada/ama seca) está vinculada às crianças para fazer suas vontades, entrar em suas brincadeiras, como nos expõe Silva (2011), ela é reafirmada como a propriedade de alguém (SILVA, 2011. p. 126). A ambiguidade

intimidade/distanciamento está presente em todo o percurso do trabalho doméstico: em alguns momentos, se evidencia a proteção e os benefícios para as trabalhadoras e, em outros, enfatizam-se as divisões de classe que são características da construção do Brasil (KOFES, 2001).

Para Brites (2007), sobretudo nos cuidados com as crianças nos dias de hoje, podemos encontrar os vínculos afetivos que se configuram por meio do contato entre contratadas e a família contratante. Deve-se levar em conta, ao analisar essas relações, que a esmagadora maioria dessas trabalhadoras não tem vínculo de parentela com a família para qual trabalha e, ainda, são mal remuneradas, portanto os vínculos surgem do convívio diário entre contratadas e contratantes. Nesse ínterim, ocorre a constituição das relações de afeto, porém cabe lembrar que desse aspecto não altera as posições hierárquicas claramente estabelecidas pela sociedade. Por meio da permanência das trabalhadoras nos mesmos ambientes domésticos por muitos anos, e, também, através de ações como os pagamentos extra-salariais não vinculados aos contratos de trabalho – doações de roupas, valores em dinheiro não computados no salário oficial, etc., além das conversas íntimas entre empregada e patroa, e, especialmente pelas trocas de carinho com as crianças (BRITES, 2007; BRITO, s/d): “A gente se apegava aos “bichinho”, é como se eles fossem filhos da gente” (ÂNDULA BEATRIZ, ex-ama de leite e ex-trabalhadora doméstica, 2013).

É importante destacar que, dentro da categoria do trabalho doméstico atual, há empregadas fixas, que desempenham suas funções 44h por semana na mesma casa, e diaristas, cujo trabalho de até dois dias por semana não caracteriza vínculo empregatício, o que desobriga a/o contratante a alguns deveres, como a assinatura da carteira e recolhimento de FGTS (PEC 72 – Leis das Domésticas). Entretanto, mesmo no caso das diaristas, várias prestam serviços para a mesma família durante muitos anos, exercendo atividades de limpeza, cuidado com a família, e, mesmo, recreação com as crianças. Essa aproximação acaba propiciando o envolvimento com o cotidiano das famílias, o conhecimento de “segredos”, e a participação em conversas sobre a intimidade da casa. Dessa forma, há uma permeabilidade e, ao mesmo tempo, uma divisão entre o que se entende por obrigações e por extensão das relações afetivas dentro da casa, que nem sempre ocorrem de maneira recíproca (RODRIGUES, 2015).

Isso faz muita confusão mesmo, eu mesma trabalhei numa casa que eles diziam pra mim: “bah, tu é nossa. Tu é da nossa família”. Aí eu digo: “ah bom, se eu sou da família, eu vou sentar na sala e vou ver televisão. O que vocês vão dizer? E a louça como vai ficar?” Porque eu não sou da família. Eu gosto muito deles e sei que eles gostam muito de mim, mas eu não sou da família. Eu tenho que

cumprir o meu serviço (Narrativa de uma diarista durante oficina MUARAN/GEEUR/Sindicato, 2014).

Por isso que vem essa conversa de família, só que os da família ele não vai botar a trabalhar de graça. O patrão, na orientação que foi passada na antiguidade das escravagistas, é de que “ela [a trabalhadora] é pobre e tem que trabalhar de graça pra mim. Se ela não puder, eu boto outra que depende disso e faz pra mim”. Essa conversa é antiga e essa conversa se reproduz (Narrativa de uma sindicalizada durante oficina MUARAN/GEEUR/Sindicato, 2014).

Constantemente as fronteiras entre direitos e afeto são excedidas e as trabalhadoras são induzidas a desempenhar tarefas além do que é previsto em seus contratos. Há uma valorização da questão afetiva, por parte de contratantes, no intuito de obter maior quantidade de horas de serviço das trabalhadoras, sem que isso altere o valor salarial a ser pago e sem que haja uma definição de quais as atividades devem ser ou não realizadas pelas contratadas.

Eu faço de tudo, lavo roupa, cozinho, faço faxina, lavo janela, banheiro, faço tudo. [...] fora as outras coisas que ela [a patroa] inventa que não são normais. [...] ela pediu pra eu descer lá embaixo porque o vidro do carro dela tava com cocô de pomba... Eu acho que é muita escravidão. Às vezes, o patrão não dá valor pra gente, a gente é a mesma coisa que a família. Muito mais que a família, porque a gente tá ali, a gente é responsável. A gente tem responsabilidade por tudo que acontece lá dentro, se quebrar um copo, quebrar uma xícara... Eu tenho que dizer pra ela tudo que acontece na casa dela, eu tenho que dizer pra ela... A casa é dela, não é minha! Eles não dão valor pra gente, a gente é muito mais que a família deles (Narrativa de uma sindicalizada durante oficina MUARAN/GEEUR/Sindicato, 2014).

Se por um lado existe a ideia de que a empregada está dentro da casa e “faz parte da família”, por outro, há o uso dessas relações de afeto para extrapolar a quantidade e qualidade das tarefas a serem realizadas pela trabalhadora. Embora existam leis que determinem as atribuições do trabalho doméstico, há sempre o condicionante de não se saber exatamente quais são essas atribuições (RODRIGUES, 2015). Além disso, há a ameaça da substituição da trabalhadora por outra, caso não cumpra o que lhe é atribuído de tarefas, o que acarreta uma jornada de trabalho híbrida, configurando uma mescla de trabalho assalariado e um tipo de trabalho escravo (CRUZ, s/d).

Segundo Ernestina Pereira, atual presidente do Sindicato das/os Trabalhadoras/es Domésticas/os de Pelotas, a fiscalização legal dessas relações de trabalho são complexas, pois trata-se de um trabalho peculiar, que ocorre dentro de casas particulares não sendo possível acompanhar o correto compasso das negociações.

É complicado. Eu vejo que é frágil ainda a legislação, porque quem é que vai cuidar? Quem vai entrar na residência pra controlar? Pra fazer essa fiscalização? É muito complexo tudo isso. Se a gente for analisar essa estrutura, na verdade a gente tem que mudar a mentalidade em toda a população. A mentalidade do patrão, do próprio trabalhador, porque ele mesmo vai ter que fiscalizar. [...] E se o patrão quiser participar, a gente fica feliz (Narrativa de uma sindicalizada durante oficina MUARAN/GEEUR/Sindicato, 2014).

As desigualdades de classe são claras no trabalho doméstico, segundo Brites (2007). A narrativa da trabalhadora acima – “se o patrão quiser participar, a gente fica feliz” – mostra a distância das posições sociais entre contratadas e contratantes, pois parece que a participação da/o patroa/ão no controle do cumprimento das leis é algo a ser celebrado, demonstrando uma relação de conformidade e de agradecimento a suas/seus contratantes. Pode-se pensar que, assim como faziam as escravas no século XIX, as trabalhadoras atuais utilizam sua mão de obra para seu sustento e para “garantir a sobrevivência e promoção de suas próprias famílias” (BRITES, 2007, p. 97). Isso quer dizer que há uma colaboração entre contratadas e contratantes, há um certo acordo não-oficial para o desempenho das atividades, a despeito das diferenças de classe e das relações de trabalho, ainda que os abusos nos horários e nos tipos de trabalho sejam uma constante.

Os anúncios de jornais demonstram como as trabalhadoras livres e libertas empobrecidas se arranjavam diante das qualificações necessárias para o trabalho (RODRIGUES, 2015). Observando as formas que elas anunciam sua mão de obra, parece haver uma preocupação em cumprir os requisitos para continuar seus trabalhos e garantir sua manutenção. Neste anúncio, a própria trabalhadora (ou intermediadores) coloca-se à disposição de contratantes, enfatizando suas próprias qualidades laborais:

Engommadeira – À rua General Osorio n. 94, há uma superior *engommadeira* que se encarrega deste serviço a preço *rasoavel* e perfeição em trabalho (Jornal Diario Commercial, n. 9273, terça-feira, 25 de janeiro de 1887. p. 3).

Existe uma preocupação em qualificar seu trabalho doméstico frente às/aos suas/seus possíveis contratantes e há uma clara distinção de classe, visto que o trabalho é manual e a trabalhadora está colocada com seus atributos laborais, que seriam aceitos por quem a contratasse (classes mais abastadas).

As negociações ocorrem entre os diferentes elementos da sociedade e, conforme Brites e Fonseca (2014), pode-se refletir sobre o trabalho doméstico a partir de um perfil de “cuidado com a família”. Como já mencionado anteriormente, uma das adjetivações que aparece nos anúncios de jornais é “carinhosa”, especialmente no trato com crianças.

Imagem 3: Anúncio de escrava “carinhosa” para “andar com uma criança”.



Fonte: Jornal do Commercio, n. 73, domingo, 1º de abril de 1887. p. 3.
(Foto da autora, 2014).

A possibilidade de pensar as trabalhadoras escravizadas e/ou libertas e livres empobrecidas como cuidadoras, pode ser mais um elemento, para ajudar a tirar a carga de “mercadoria” sem agência, sob a qual muitas vezes as/os cativas/os ainda são pensadas/os e que, ainda hoje, é uma forma como muitas trabalhadoras são percebidas, questão evidente através dos abusos que envolvem a profissão. Nessa categoria de cuidado com crianças, estão as amas de leite, as amas secas e as mucamas, as quais estavam ligadas diretamente às crianças, em contato permanente ou como atividades sazonais (ama de leite). Para um total de 764 mulheres anunciadas, a quantidade das amas de leite e das amas secas é significativa, somando 177 amas de leite (23,17%) e 38 amas secas (4,97%). As mucamas somaram 12 mulheres (1,57%); entretanto, por vezes as criadas anunciadas em trabalhos mais gerais poderiam, também, englobar o cuidado com crianças. Os anúncios de criadas somaram 241 mulheres (31,74%). Por vezes, as amas de leite tornavam-se as amas secas ou mucamas e acompanhavam as crianças até a fase adulta. Além das atividades envolvidas no cuidado com crianças, apareceu um anúncio com a

procura de uma mulher (0,13%) para cuidar de pessoa idosa (RODRIGUES, 2015).

Entender e pensar sobre o trabalho doméstico como um cuidado com a família ainda é muito recente no Brasil (BRITES e FONSECA, 2014). O cuidado está muito mais vinculado à área da saúde, como, por exemplo, na enfermagem:

Creo, sin embargo, que esta categoría representa algunas potencialidades, pues a mi entender el cuidado [...] se inscribe también en una discusión proveniente de los estudios feministas que busca visibilizar las tareas invisibles del cuidado. Pienso que a veces la palabra cuidado está menos cargada de prejuicio que trabajo doméstico (BRITES e FONSECA, 2014, p. 164).

O “cuidado” com a família, substituindo o “serviço doméstico”, é uma maneira de visibilizar essa profissão que está comumente associada à sujeira, ao trabalho manual (BRITES e FONSECA, 2014).

Desde a escravidão, em muitos aspectos, o trabalho doméstico mudou seu perfil, porém, em outros se mantém inalterado. As continuidades históricas nas questões de gênero, classe, raça, etnia e “cor” se confrontam com as separações espaciais entre empregadas e patroas, por exemplo. Existem, hoje, as separações dos artefatos/objetos/espacos da trabalhadora e os da família: uma tentativa de evitar o contato entre diferentes classes, já que há um entendimento generalizado do “trabalho doméstico como desprestigiado” e, especialmente, dos “corpos das empregadas como sujos” (BRITES apud BRITES e FONSECA, 2014).

Existem casos e casos. Trabalhei em casas que tinha que entrar pela área de serviço, tu não comia a mesma comida; mas eu também trabalhei em casas de pessoas maravilhosas que me ajudaram muito mesmo. Então a gente não pode botar todo mundo num saco só, mas tem casos e casos (Narrativa de uma trabalhadora durante oficina MUARAN/GEEUR/Sindicato, 2014).

A mudança de perspectiva e as políticas de higiene e conduta que são trazidas do pós-abolição podem refletir nessas relações confusas dos limiares entre as obrigações e os vínculos de afeto de trabalhadoras domésticas e famílias para as quais trabalham.

Se para as trabalhadoras domésticas em geral já poderia existir, no passado, e persiste na atualidade, a permeabilidade entre relações de trabalho e afeto, para as amas de leite essa proximidade, afeição e intimidade com as crianças, eram possivelmente elementos de potencialização dessa permeabilidade.

AS AMAS DE LEITE: um caso especial dos anúncios à atualidade

Tenho filho de leite no Rio de Janeiro! Quando vem pra São Sepé e passa por mim, sempre diz: “Olha lá a “vaca” que me deu leite! É a minha mãe de leite!”. Aí me dá uma saude desses bichinhos... (ÂNDULA BEATRIZ, a BETA, ex-ama de leite e ex- trabalhadora doméstica, 2013).

Imagem 4: Negra com uma criança branca nas costas, Bahia, 1870.



Fonte: Acervo Instituto Moreira Salles (<http://www.pragmatismopolitico.com.br/.../10-raras-fotos-de-e>).

A qualificação “carinhosa” contida nos anúncios de amas de leite instiga à reflexão para além do cuidado direto com a criança: relações que ultrapassam as obrigações podem criar vínculos de afetividade entre as

RODRIGUES, Marta Bonow. Amas de leite: dos anúncios de jornais do Século XIX em Pelotas/RS à atualidade – relações de trabalho e afeto no cuidado com crianças. **Tessituras**, Pelotas, v. 5, n. 1, p. 185–204, jan./jun. 2017.

diferentes pessoas. No caso da ama de leite, o seu corpo biológico determina as relações, visto que é seu “instrumento” de trabalho, de renda e, ao mesmo tempo, é através da atividade da amamentação, do contato entre os corpos, que aparecem os laços afetivos.

A utilização de amas de leite escravizadas negras parece ter sido importada da Europa no Brasil Colonial (SILVA, 1990). Freyre (1946) apontava o costume de, na sociedade escravista, as mães buscarem amas negras para amamentarem seus filhos, ao que o autor atribuía ao “maior vigor” das escravizadas. No entanto, Silva (1990) aponta para a própria condição escrava dessas mulheres, com disponibilidade de leite, o motivo pelo qual se recorria às amas negras.

O costume das francesas nos séculos XVII e XVIII de terem seus filhos criados por amas começou pelas mulheres mais abastadas e espalhou-se pela população em geral: as mulheres ricas mantinham suas/seus filhas/os consigo, porém contratavam amas de leite para o trato com as crianças, enquanto as menos abastadas enviavam seus filhos para as zonas rurais para que fossem alimentados pelas camponesas (BADINTER, 1985). Esse hábito esteve associado à mortalidade infantil, o que fez com, posteriormente, que a Europa incentivasse o aleitamento materno (BADINTER, 1985; SILVA, 1990).

Freyre (1946), entende as escravizadas negras amamentando os filhos da “casa grande” como pessoas se tornando membros das famílias de seus senhores, pois a aproximação permite um estreitamento nas relações entre as diferentes categorias sociais. Para Magalhães e Giacomini (1983 apud SILVA, 1990), por outro lado, essa aproximação resulta na impossibilidade da maternidade escrava:

A estória da ama-de-leite escrava, da 'embaixadora da senzala na casa grande', revela-se a história de mais uma faceta da expropriação da senzala pela casa grande, cujas conseqüências inevitáveis foram a negação da maternidade da escrava é a mortandade de seus filhos (MAGALHÃES e GIACOMINI, 1983 apud SILVA, 1990, p. 81-82).

Segundo Silva (1990), nessas relações, existe uma aproximação das escravizadas com a família da casa grande que, no entanto, não beneficia a criação de suas/seus próprias/os filhas/os. Por outro lado, como já foi apontado pelos estudos mais recentes em história, apesar da alta mortalidade infantil entre as crianças filhas de escravas (e mesmo entre as brancas) durante o século XIX, havia a possibilidade de formação de famílias nucleares entre os grupos cativos (SIMÃO, 2002; SLENES, 2011). Essas mantinham redes e auxiliavam-se mutuamente.

Com a categoria “escravos de aluguel²”, as amas de leite também eram um negócio que interessava os senhores, uma vez que a renda poderia não vir somente das produções agro-pastoris³ e muitos pequenos proprietários de escravos viviam dessa venda de mão de obra escrava no espaço urbano. O aluguel de mulheres escravizadas para o aleitamento era mais rentável do que a manutenção dessas mulheres no espaço doméstico, como criadas ou em outra função (SILVA, 1990).

Outro fator importante para o uso intenso das amas de leite no Brasil, em contraposição às políticas europeias de incentivo à amamentação pós séculos XVII e XVIII, é a grande quantidade de pessoas livres empobrecidas que vendia sua mão de obra lado a lado com as mulheres escravizadas. Havia uma grande oferta de mulheres como amas de leite no período escravista e no pós-abolição (RODRIGUES, 2015).

Para Badinter (1985), o uso de amas de leite na França, devia-se principalmente a questões sociais: nas camadas ricas e dominantes, as mulheres poderiam buscar maior liberdade, enquanto nas classes mais populares, as mulheres desempenhavam atividades junto à suas famílias, como artesanato, etc. necessitando de tempo livre. Era mais rentável contratar uma ama de leite a amamentar sua/seu própria/o filha/o. O amor materno, na época, não tinha qualquer valor social ou moral, portanto, o abandono de crianças também não acarretava sentimentos de culpa para a mãe e as mais empobrecidas poderiam vender seu leite às mães mais abastadas.

Os valores sobre o aleitamento no Brasil são alterados com a implantação das leis de higiene, criadas por muitas províncias brasileiras (SILVA, 1990; COSTA, 2013). Os altos índices de mortalidade infantil, bem como as preocupações com a saúde em geral, à criação de políticas sobre a maternidade e a amamentação. Soma-se a isso, os receios que as classes mais abastadas economicamente mantinham em relação às camadas empobrecidas e recém libertas (AZEVEDO, 2004; COSTA, 2013). Em fins do século XIX e princípios do XX, ocorrem mudanças na forma de se pensar as mulheres/mães, mediante a elaboração de leis e normas do governo, além de regras de instituições particulares que investiam no conceito da “maternidade” em uma associação direta à mulher ideal, que seria a intermediadora entre a família e o governo nas questões em relação à saúde (SILVA, 1990):

A mulher tipo ideal surgiu como o modelo higiênico da filha exemplar, esposa dedicada e mãe amantíssima. Alguns médicos achavam que "para ser mãe não é

² Categoria de escravizadas/os que tinham sua mão de obra alugada para que rendessem lucros para suas/seus proprietárias/os (SIMÃO, 2002).

³ Uma das principais atividades econômicas do Brasil escravista.

bastante ter o filho, é preciso amamentá-lo" (MACHADO, 1911. 75–76 apud SILVA, 1990) e comparavam as mulheres que se recusam amamentar àquelas que se fazem abortar (SILVA, 1990. p. 74).

Nesse ideário sobre a maternidade, as relações de afeto entre mãe e filha/o pelo aleitamento podem ser entendidas como efeito das ações do governo para promover os novos conceitos sobre saúde e higiene. Não é possível falar sobre falta de afetividade entre mães e filhas/os nas elites brasileiras coloniais apenas pelo viés da ausência de amamentação pela mãe, pois não se pode atribuir valores da sociedade atual às mulheres integradas em um outro sistema social (SILVA, 1990): pode-se perceber, pelos anúncios de jornais contendo a qualificação “carinhosa” para amas de leite, que havia a preocupação com suas/seus filhas/os.

Ândula Beatriz, a Beta⁴, mulher negra, foi ama de leite e trabalhadora doméstica em São Sepé/RS. Hoje, ela fala de sua identificação com seus antepassados escravos, fala das relações de afeto que permeavam a amamentação de suas/seus filhas/os de leite e sobre os problemas que as mães tinham para aleitar. Fala, ainda, que nunca cobrou nada das mães, que a amamentação era um compromisso pessoal, o que atribui muito à tradição de matriz africana, pois é cacique que um terreiro de Quimbanda:

Meus antepassados passaram muito trabalho. Por que eu iria deixar os outros passar trabalho também? Ih, contando assim, por cima... Eu tive uns 25, 26 filho de leite. Naquele tempo ninguém cobrava, não. Foi por amor. Nunca ouvi falar de nenhuma que cobrava em São Sepé. Tinha que ser porque tu gostava de ver as criança bem. [...] Os bichinho não têm culpa, não. Eu ia... ia dar leite pro gurizinho, a mãe não podia, teve “recaída” porque lavou a cabeça antes dos 45 dias. Eu ia de três em três horas. Até no meio da noite. Teve um que ficou comigo um mês na minha casa! A mãe também teve “recaída”, que é depressão, né? [...] Uma outra não tinha leite suficiente pros gêmeos. A menina é paraplégica e o menino morreu na incubadora... Eu tirava leite e dava de conta-gota, mas ele era muito fraquinho. [...] e teve uma filha de leite que morreu porque a mãe levou pra fora, a guria, e deu leite Ninho, não quis ficar na cidade, então não tinha ama de leite [...] (BETA, 2013).

⁴ Ândula Beatriz Oliveira Santos foi ama de leite e trabalhadora doméstica nas décadas de 1970 e 1980 na cidade de São Sepé/RS, cidade em que reside até hoje. Na época da entrevista, em dezembro de 2013, ela estava com 65 anos de idade.

Sobre a continuidade da atividade na família, e os aspectos relacionados à raça, etnia e/ou “cor” ela ainda diz que:

As minhas filha, eu disse, pras minhas filha, se alguém precisar, vocês ajudem. A Francielly (NETA) foi a única que só deu leite pra família! Ela deu de mamã pro primo. A Janaína (FILHA DA ENTREVISTADA E TIA DE FRANCIELLY) tinha que trabalhá e elas tiveram os filho quase junto. Então a Francielly dava de mamã pro pequeno. A Michella (OUTRA FILHA DA ENTREVISTADA) também foi ama nos dois filho mais velho. [...] Eu disse pra elas: as pessoas precisam, acaba tudo essa coisa da cor! Porque aqui, tu sabe, né? É cheio de preconceito (BETA, 2013).

As relações de afeição estão evidentes no contato direto da ama de leite com a criança. Por esse contato direto dos corpos é possível que existisse a grande procura e oferta de amas de leite “carinhosas” nos anúncios, como uma forma de demonstrar atenção e cuidado com as crianças. Como já comentado anteriormente, os anúncios de amas de leite apresentam essa adjetivação seguidamente; ela também aparece para amas secas e mucamas, embora em menor número. Entende-se, assim, que essa característica está vinculada ao ato da amamentação, à ação direta em “dar” o leite, pela ama, e o de “receber”, pela criança.

Nos dias atuais, essas relações de intimidade mudaram no que diz respeito às questões sociais, porém as condições para que exista essa intimidade ainda permanecem. Se no passado as trabalhadoras tinham sua mão de obra vendida, alugada ou trocada e, portanto, circulavam nos centros urbanos, no ambiente externo às casas de seus senhores, hoje, essas mulheres estão no ambiente interno, em contato direto com seus contratantes e, ao mesmo tempo, estão submetidas às hierarquias existentes.

Brites (2007) apresenta o relato da trabalhadora doméstica Edilene, que narra uma conversa com de uma criança de cinco anos, de quem ela cuida, o que pode elucidar esses aspectos de intimidade/cuidado/hierarquia:

Lene, tu podia acertar na Sena, né? Aí tu só vinha aqui prá brincar comigo. Tu podias almoçar e deitar na cama da mamãe, para descansar, como ela faz. [Edilene fecha seu relato acrescentando] A idéia da menina! Deitar na sua cama?! (BRITES, 2007. p. 97).

O espanto dessa trabalhadora sobre a questão de utilizar um espaço íntimo de sua contratante e a fala da menina sobre “acertar na sena” para que Edilene pudesse estar em um nível econômico aceitável para trocas

mais iguais (e nível social também mais aceitável, de acordo com a perspectiva da menina) demonstra o quanto as relações de cuidado e de afeto estão entremeadas com aspectos de distanciamento entre as diferentes classes sociais.

As trajetórias de vida de trabalhadoras domésticas da atualidade e elementos contidos nos anúncios de jornais do século XIX estão intimamente ligados no percurso histórico. Compreender como ocorriam as relações de trabalho e afeto e as negociações entre diferentes categorias é buscar algumas origens para problemas atuais, na tentativa de amenizar as diferenças (de direitos) entre grupos de hoje.

Pensar o trabalho doméstico como um cuidado com as pessoas, para além das atividades associadas ao trato com as crianças, com suas particularidades de intimidade e laços de afeto, pode ser um caminho para minimizar os estigmas que essa profissão carrega ao longo da história do Brasil, desde sua formação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco**: o negro no imaginário das elites – século XIX. São Paulo: Annablume, 2004.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BRITES, Jurema. Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores. **Cadernos Pagu**, Florianópolis, n. 29, p. 91–109, 2007.

BRITES, Jurema; FONSECA, Claudia. Cuidados profesionales en el espacio doméstico: algunas reflexiones desde Brasil – diálogo entre Jurema Brites e Claudia Fonseca. **Íconos**, Quito, n. 50, p. 163–174, 2014.

BRITO, Marcelo. **Empregadas domésticas**: intimidade e distanciamentos nas relações de trabalho. Montes Claros: UNIMONTES, s/d. (Dissertação isolada para a disciplina de Pensamento Sociocultural nas Américas). Disponível em: http://unimontes.br>arquivos>geografia_ixerg . Acesso em: 21 jan. 2015.

COSTA, Ana Paula do A. **Criados de servir**: estratégias de sobrevivência na cidade do Rio Grande (1880 – 1894). 2013. 174 f. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH, UFPEL, Pelotas, RS, [2013].

RODRIGUES, Marta Bonow. Amas de leite: dos anúncios de jornais do Século XIX em Pelotas/RS à atualidade – relações de trabalho e afeto no cuidado com crianças. **Tessituras**, Pelotas, v. 5, n. 1, p. 185–204, jan./jun. 2017.

CRUZ, Jamile Campos da. **O Trabalho doméstico ontem e hoje no Brasil: legislação, políticas públicas e desigualdade.** Trabalho solicitado como requisito avaliativo da disciplina Teoria Política: Estado, Sociedade e Políticas Públicas (Mestrado em Ciências Sociais) – PPGCS, UFRB, Cruz das Almas, BA, s/d. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br> Acesso em 21 jan. 2014.

DAVES, Angela. **Mulheres, classe e raça.** São Paulo: Boitempo, 2016.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1946.

KOFES, Suely. **Mulher, mulheres: identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas.** Campinas: Unicamp, 2001.

MEAD, Margareth. **Macho e fêmea: um estudo dos sexos num mundo em transformação.** Petrópolis: Vozes, 1971.

RODRIGUES, Marta Bonow. **“A vida é um jogo para quem tem ancas”:** uma arqueologia documental sobre mulheres escravas domésticas em Pelotas/RS no século XIX. 2015. 208 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – PPGAnt, UFPEL, Pelotas, RS, 2015.

RODRIGUES, Marta Bonow; ALFONSO, Louise Prado. O Trabalho Doméstico entre o Passado e o Presente. **Anais do II Congresso de Extensão e Cultura.** Congresso de Extensão e Cultura – CEC – da Semana Integrada de Ensino, Pesquisa e Extensão/UFPEL, Pelotas, v. 7, 2015.

ROSALDO, Michelle. O uso e o abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural. **Horizontes Antropológicos,** Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 11–36, 1995.

SILVA, Antônio Augusto Moura da. **Amamentação: fardo ou desejo?:** Estudo histórico-social dos saberes e práticas sobre o aleitamento na sociedade brasileira. 1990. 236 f. Dissertação (Mestrado em Medicina) – PPGM, USP, Ribeirão Preto, SP, [1990].

SILVA, Maciel Henrique Carneiro da. **Domésticas criadas entre textos e práticas sociais:** Recife e Salvador (1870–1910). 2011. 373 f. Tese (Doutorado em História) – PPGH, UFBA, Salvador, BA, [2011].

SIMÃO, Ana Regina F. **Resistência e acomodação:** a escravidão urbana em Pelotas, RS (1812–1850). Passo Fundo: UPF, 2002.

RODRIGUES, Marta Bonow. Amas de leite: dos anúncios de jornais do Século XIX em Pelotas/RS à atualidade – relações de trabalho e afeto no cuidado com crianças. **Tessituras,** Pelotas, v. 5, n. 1, p. 185–204, jan./jun. 2017.

SLENES, Robert. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2011.

SOUZA, Flavia Fernandes. **Escravas do lar: as mulheres negras e o trabalho doméstico na corte imperial**. In: XAVIER, Giovanna; FARIAS, Juliana B.; GOMES, Flavio (Org.). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012. p. 244-260.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

REGISTROS ORAIS

Áudios gravados durante oficinas realizadas pelo Museu de Antropologia e Arqueologia/MUARAN, em parceria com o Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos/GEEUR - ambos da Universidade Federal de Pelotas/UFPeL - e com o Sindicato das/os Trabalhadoras/es Domésticas/os de Pelotas, em 21 de outubro de 2014 e em 07 de dezembro de 2014 (Organização e elaboração das oficinas: Prof^a Dr^a Louise Prado Alfonso, Prof^a Dr^a Flávia Maria Rieth, MSc. Marta Bonow Rodrigues e MSc. Liza Bilhalva Martins) - transcrição realizada por Karollina Mendes de Magalhães, Johan Fonseca Lose e Beatrice Gervazzi - discentes bolsistas do MUARAN, em dez/2014 e jan/2015).

SANTOS, Ândula Beatriz Oliveira. Entrevista concedida a Marta Bonow Rodrigues. São Sepé/RS, 20 de dezembro de 2013.

AUTORA

Marta Bonow Rodrigues

Mestra em Antropologia - Área de Concentração em Arqueologia (Universidade Federal de Pelotas/UFPeL) e acadêmica do Bacharelado em Antropologia - Linha de Formação em Arqueologia (UFPeL). Trabalha em projetos vinculados aos Programas de Graduação e Pós-Graduação em Antropologia da UFPeL, nas linhas de arqueologia da escravidão, arqueologia histórica, antropologia rural e urbana, gênero e patrimônio, buscando perspectivas de aproximação entre arqueologia, antropologia e comunidades. E-mail: martabonow@gmail.com .

Recebido em: 17/06/2017.
Aprovado em: 05/07/2017.
Publicado em: 13/12/2017.